

PAISAGEM REVELADA: POSSIBILIDADES MORFOLÓGICAS NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

| Moema Falci Loures, Glauci Coelho

Arquiteta e urbanista | Doutoranda | Prourb/UFRJ
mfloures@yahoo.com.br

Arquiteta e urbanista | Doutoranda | Prourb/UFRJ
glaucicoelho@yahoo.com.br

PAISAGEM REVELADA: POSSIBILIDADES MORFOLÓGICAS NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como enfoque texturas morfológicas da paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro. Aqui, mais especificamente, trataremos dos territórios com marcas de ilegalidade que, ao longo do tempo, foram se transformando no que hoje denominamos de favela. Favela como uma forma de alteridade urbana revelada, que se difere do resto da cidade, mas que é, também, parte integrante dela, subsistindo e em diversas possibilidades morfológicas. A favela como um espaço percebido, tal como enunciado por Lefebvre (2000), resultado cumulativo das práticas sociais que se apropriam da cidade, expressando-se como “lugares específicos e conjuntos espaciais próprios a cada formação social” (Lefebvre, 2000, p.42).

Concomitantemente, entendemos a paisagem como a “expressão da ‘ordem’ e do ‘caos’, manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato” (Carlos, 1999, p.36). A paisagem, caracterizada pelos sentidos de complementaridade e concorrência das textualidades morfológicas, revela a interação complexa entre instituído e marginal, estático e instantâneo, associando sistemas culturais, socioeconômicos e espaciais.

Nossa leitura permeia aspectos formais e sociais sempre imbricados, ora ressaltando o sítio como suporte da forma ora ressaltando os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais que determinam as inter-relações no lugar, como questões de propriedade,

origens da população, a forma organizacional da comunidade, histórias das ocupações, quadros políticos, entre outros. Elucidamos que “as favelas têm uma identidade espacial própria [ainda que diferentes entre si]” (Varella, 2002, p.51).

A relevância está em entender a favela como espaço que se manifesta como a paisagem do possível. Assim, faremos um breve recorte que se manifesta em três tempos: a ocupação na encosta de morros; as ocupações horizontais; e em antigos terrenos industriais. Como casos referenciais da temática, elegemos, respectivamente: a favela da Rocinha e a Vila Canoas; a favela horizontal no Recreio – Comunidade do Terreirão; e o Complexo da Maré, com suas diversas possibilidades morfológicas, que inclui a recente ocupação do Canal do Cunha (Baía de Guanabara) por uma casa flutuante.

Em relação aos casos referenciais, nos aproximamos da nossa questão central: a paisagem da *favela* que suscita refletir sobre possibilidades urbanas futuras; a paisagem que cria imagens, imagem como imaginação. Assim, ao final, buscamos a interação entre paisagem revelada e Projeto Urbano.

PAISAGEM PERCEBIDA

Primeiramente, consideramos relevante desmistificar o fato de a morfologia urbana da favela ser considerada irregular. Chamamos a atenção que a oposição entre forma regular como sinônimo de formalidade (regularização) e forma orgânica como o desordenado é a simplificação do que compreendemos por “formalidade”. Uma dicotomia que se expande em nosso vocabulário e passa a ser senso comum quando queremos designar respectivamente a favela e a cidade dita formal.

Não devemos cair na armadilha de considerar “informal” as nossas tortuosas vielas barrocas ou modelos urbanísticos, como aqueles estudados por Camillo Sitte (1992). Manifestações de elevado grau de formalidade, entendida como atributo do processo social que elabora, legitima e impõe o rito de uma cultura específica. Da mesma forma, tanto a ágora clássica, as praças medievais ou o arruamento português são resultados de processos elaborados, legitimados e, muitas vezes, impostos por sistemas de poder de sociedades muito bem estabelecidas, todos possuindo as suas formalidades.

Mesmo se restringirmos o significado de “formal” aos atributos geométricos da matéria, veremos que a distinção que costumamos fazer entre formal e informal se prende mais à escolha de certos elementos vocabulares e sintáticos (ortogonalidade, similaridade, convexidade) em detrimento de outros (escondidade, dissimilaridade, concavidade) do que propriamente à de uma suposta oposição entre espaços urbanos “com” ou “sem” forma.¹

Com base nessas considerações trataremos a favela também como uma cidade formal, e aqui a denominaremos de cidade ilegítima ou ilegal. A favela como expressão da *paisagem dos possíveis*, formal por ser um espaço percebido, mas ilegítima pelas relações de produção do espaço.

Nosso olhar volta-se para a favela que se caracteriza primeiramente por ser um lugar que se constrói na perspectiva de suprir a demanda por habitação de parcela da população que está à margem da inclusão econômica da cidade. Uma alternativa habitacional que se distingue das demais por, em princípio, não possuir um vínculo com “um agente social, como o proprietário de imóveis” (Corrêa, 2000, p.30).

Assim, o processo de organização espacial das favelas expõe a fragmentação e a articulação do espaço urbano em suas diversas possibilidades e encontra na paisagem a materialização das *tensões* sociais que se articula às *intenções*; ou seja, a relação entre tensão e tensão é parte preponderante da constituição da paisagem urbana, que “inclui vários níveis de significação [e por isso] gera ambigüidade e tensão” (Venturi, 1995, p.18-9).

Assim, a complexidade da paisagem urbana está em ela não ser estática no espaço-tempo. Podemos fracioná-la em paisagem consolidada [rugosidade], já escrita pela história; em paisagem presente que toma como referência a paisagem consolidada correlacionada às necessidades emergentes, que nos oferece, entre a previsibilidade e a imprevisibilidade, a perspectiva da paisagem futura. (Coelho & Loures, 2006).

O simples fato de tentarmos prever uma nova paisagem urbana através de uma normativa urbanística: passado, presente e futuro, em outras palavras, o ato projetual que se faz no presente visando um futuro, nos impele a analisar a morfologia da cidade, que incorpora os três momentos da paisagem – consolidada, presente, perspectiva –, como elementos indutores da paisagem, permitindo ler as intenções pelas tensões instituídas. Lembrando o pensamento de Lamas (2000), propomos ler a forma “morfologia urbana” – pelas circunstâncias da produção do espaço – como “morfologia social”.² As favelas no Rio de Janeiro nos revelam, a partir de então, os vários possíveis do espaço percebido.

A PAISAGEM DOS POSSÍVEIS EM TRÊS TEMPOS

Assim como mencionamos anteriormente, nossas observações de campo ocorrem metodologicamente em três tempos: favelas que ocupam encostas e se estabelecem por entre becos, como Rocinha e Vila Canoas; em seguida voltamos nossos olhares para as favelas em sítios planos, a Vila Pinheiro no Complexo da Maré (Leopoldina) e a Comunidade do Terreirão (Recreio dos Bandeirantes); e, junto a esses, os parques industriais desocupados da Leopoldina que foram gradativamente ocupados por habitações ilegais³ e a casa flutuante do Canal do Cunha (Baía de Guanabara) como morfologias emergentes do século XXI. Tomando como referência inicial os sítios em que as favelas se implantam na cidade do Rio de Janeiro, identificamos, quanto suas distâncias sociais e urbanas, suas formas de crescimento, enraizamento e potencial de crescimento sobre o território da cidade.

DISTÂNCIAS SOCIAIS E URBANAS

O senso comum, durante muito tempo, entendeu a favela como periferia geográfica, ou seja, que se posicionava geograficamente distante dos centros de produção da cidade legal e que estava à margem social de inclusão e acesso aos meios de produção. Hoje é um pouco complicado falar em periferia urbana, pois imediatamente nos perguntaremos: periférico em relação a quê?

Por outro lado, o fato de a favela da Rocinha, do Terreirão e dos fenômenos urbanos observados na Leopoldina terem sido considerados periferias geográficas tem grande influência na morfologia urbana. Lembramos, por exemplo, que as favelas da Rocinha e Terreirão se conformaram inicialmente como espaços de habitação distantes das áreas centrais,⁴ suas origens remontam, respectivamente, a 1920 e 1950. No caso da Rocinha, ela se conforma inicialmente como “roçados”, em seguida como loteamento, abandonado por volta de 1937 devido à falência da empresa loteadora.⁵ A partir de então a Rocinha passou a ser considerada favela pelas relações de produção do espaço, e continua a ser apropriada, porém de forma irregular, quanto à titularidade. O mesmo ocorre com a Comunidade do Terreirão no Recreio dos Bandeirantes, situada distante do centro urbano e que inicialmente se molda como uma área de camping ribeirinha ao Canal das Tachas, que compõe o sistema de lagoas da baixada de Jacarepaguá.

Já em meados dos anos 60, o crescimento que segue pela orla do Rio de Janeiro se consolida no bairro do Leblon e encaminha-se para o bairro de São Conrado, local onde se situa a favela da Rocinha. A característica principal do crescimento que toma o sentido da zona sul através da orla é o de ser o lugar da classe abastada da cidade, valorizando cada vez mais a parcela da terra e segregando as periferias sociais às terras de menor valor econômico que se situam noutra vertente do crescimento da cidade. Porém, o fato de o crescimento urbano aproximar geograficamente a favela à cidade legal – as distintas morfologias sociais e, conseqüentemente, urbanas – faz emergir as discrepâncias não somente socioeconômicas que produzem a cidade, mas, também, um outro tipo de cidade, com dinâmicas próprias e bastante peculiares que vão se distanciando da cidade dita legal.

Nos próximos parágrafos daremos destaque a alguns tipos de morfologia que se conformam no espaço percebido e que, juntos, ajudam a conformar a paisagem do Rio de Janeiro; uma paisagem de instantes que revela a complexidade da morfologia urbana, espaços em movimento que nunca param de (re)(des)construir.

FORMAS DE CRESCIMENTO

As favelas representam uma ruptura no tecido, independentemente se seguem a ortogonalidade do traçado do entorno ou não, pois essa ruptura não se faz através do tecido, se faz através da arquitetura, dos equipamentos urbanos e da morfologia social. Entre outros fatores, consideramos relevante abordar as mais diversas formas de crescimentos desses espaços, ora de dentro para fora ora de fora para dentro.

A Rocinha, assim como a maioria das favelas cariocas, nasce de dentro para fora, sem limites de crescimento. As casas são assentadas primeiramente através de uma relação de distanciamento com as outras já existentes, e, na medida em que essa ocupação se adensa, as construções se aproximam, até conformar um tecido urbano tortuoso. Em outras palavras, o crescimento não é radial, tampouco as camadas são sucessivas, parte de um pensamento individual para depois se constituir como um assentamento coletivo.

A Rocinha hoje é uma favela adensada e praticamente não existem áreas livres horizontais dentro do território disponíveis para a construção de novas habitações, nesse sentido ela se expande em direção à Floresta da Tijuca, área de reserva ambiental (Figura 1). Lembremos que foi na década de 1980 que houve o fortalecimento das legislações ambientais, sendo destinadas áreas proibidas para assentamento urbano de preservação permanente (APP) e unidades de conservação. No entanto, foi a partir do plano ambiental que as áreas não-passíveis de ocupação foram se transformando exatamente em um mercado de terra para a autoconstrução do *habitat* dos mais pobres, marcado pela informalidade e ilegalidade.⁶

Morfologicamente na Rocinha, o espaço público – rua – é o que “sobra”, é o espaço necessário para o acesso. Assim, o tecido surge a partir da lógica de ocupação da casa. Junto às habitações, o tecido urbano passa por processos de transformações constantes, surgem novos becos e acessos. A dinâmica espacial também é vertical e, além das casas se expandirem para cima na medida em que o poder aquisitivo das famílias cresce, surgem novos acessos à casa, às vezes pela laje superior ou intermediária, ocasionando mudanças no traçado.

A Vila Canoas exemplifica, para aquele que não vivencia cotidianamente o espaço, a falta de legibilidade entre os domínios privado e público. Por outro lado, existe a necessidade de demarcação de território, que é simbólico e se faz através de códigos de comunicação.

As vias de circulação em favelas que se assentam em terrenos íngremes são, na maioria dos casos, “espaços residuais” (Coelho, 2004, p.81-6) que ficam entre as habitações, por isso são lugares de dimensões mínimas, uma vez que o espaço físico é apropriado no seu limite tanto horizontal e vertical para expressar o espaço de posse ou propriedade privada de quem o habita. Assim, no que se refere à forma propriamente dita da transição entre o público e o privado, as ocupações horizontais nos elucidam os espaços mínimos de passagens – becos; e as apropriações verticais, que muitas vezes se fecham sobre eles, conformando túneis. São espaços de tensão, em relação aos quais não podemos afirmar que conformam uma rua ou uma passagem entre cômodos da casa (Figura 2).



Figura 1 – Setor Vila Verde, Rocinha, área de crescimento da favela sobre a reserva ambiental da Floresta da Tijuca.



Figura 2 – Vila Canoa, circulação comum (beco) encimada por construções que conformam corredor semipúblico.



Figura 3 – Comunidade do Terreirão, a imagem da esquerda revela a ocupação a partir do espaço da casa, e a da direita, área mais antiga, a ocupação a partir da rua.

A topografia contribui para a transformação do espaço, exige criatividade e permite maior liberdade na apropriação do espaço. Em terrenos íngremes as ocupações dificilmente seguem paralelas às curvas de nível, adotando como referencial o distanciamento íntimo entre as construções que resguarde o domínio do espaço do entorno e, na medida em que o espaço privado se impõe sobre o espaço público, as construções se aproximam.

Já em áreas planas, originadas de conjuntos habitacionais, tal como a Vila Pinheiros no Complexo da Maré, pode-se combinar à lógica anteriormente descrita, o processo inverso. Nelas, o espaço público da rua é o ponto de partida para a estruturação espacial. Observamos uma tentativa de organização do espaço urbano pelo poder público, quando estabelece a implantação de conjuntos habitacionais de baixa renda. Por outro lado, a estruturação espacial pode ser fruto da lógica funcional que serviu de suporte para a construção do lugar, como verificamos no Terreirão.

No Terreirão, em um primeiro momento, a lógica de ocupação adota como suporte a rua, uma vez que, originalmente, o lugar se caracterizava como camping, onde o espaço era destinado à permanência temporária de moradias (*trailers*). No entanto, na medida em que a ocupação se consolida no lugar, a lógica é subvertida, e a casa torna-se o centro, é o espaço privado que passa a ser referência (Figura 3). Assim surge um espaço que combina as duas lógicas de ocupação, a que toma o espaço público como referência e, em um segundo momento, a que adota o espaço privado como referência, conformando becos tortuosos e residuais que observamos comumente em terrenos íngremes.

O Complexo da Maré também se coloca no espaço da cidade com suas diversas possibilidades morfológicas. Passou inicialmente por um processo de grande expansão de dentro para fora, e hoje, porém, observa-se outro processo de crescimento. A avenida

Brasil, a Linha Vermelha e a Baía de Guanabara impedem o crescimento da favela, que atualmente cresce dentro desses limites físicos geográficos que conformam o Complexo da Maré e que apresentam áreas livres para futuras ocupações. Esses espaços são regulados pela associação de moradores, que define padrões de ocupação do solo e quem viverá nas casas. Em mutirão, os futuros moradores fazem parte da construção das casas, que são feitas com blocos e apresentam uma mesma tipologia. Esses novos assentamentos remetem à lógica de construção de conjuntos habitacionais, possuem um traçado ortogonal e o modelo é repetido em uma quadrícula regular.

Especificamente na comunidade observada no Complexo da Maré, a Vila Pinheiro,⁷ isso se deve, em parte, à tentativa de manutenção da ordem física que originou o lugar, fruto de um projeto de urbanização do governo federal denominado “Projeto Rio”, implantado na década de 1980 e que abrange habitações construídas em “solo criado”, originário do arrasamento e aterramento da ilha dos Pinheiros (Duarte, 1993, p.140).

Desse modo, a lógica da estruturação física do espaço se dá a partir do espaço público da rua, a qual, na maioria dos casos, orienta o crescimento vertical e não tanto horizontal. Assim, no Complexo da Maré,⁸ de modo geral, a distinção entre a rua e a casa é muito mais visível pela presença dos espaços de transição – calçada –, o que constitui uma malha mais regular (independente se o traçado é ortogonal ou tortuoso), mais facilmente codificada e que se aproxima da cidade instituída legalmente. Na Rocinha, em locais ainda pouco adensados e de ocupação recente, os próprios moradores, além de construírem suas casas, passam a ter a preocupação de fazer o passeio, distinguindo o espaço público do privado.

NOVAS POSSIBILIDADES DE CRESCIMENTO

Retomando o debate que destaca o crescimento das favelas de dentro para fora e de fora para dentro, existem algumas tentativas claras no Complexo da Maré de transpor os limites atuais da favela, de forma a orientar o crescimento horizontal de dentro para fora. Nessa mesma lógica, observou-se o surgimento da casa flutuante em 2007 (Figura 4), uma nova tipologia que rompe literalmente as barreiras físicas, mas não sociais, da favela.

A casa flutuante fica ancorada no Canal do Cunha (Baía de Guanabara) – colônia de pescadores da Vila Pinheiro – e é propriedade de Luiz Fernando Barreto de Queiroz Bispo, morador do Complexo da Maré. Em entrevista, ele afirma que construiu primeiramente uma balsa, que se destinaria à pesca na baía, com lixo reciclado encontrado na Baía de Guanabara – garrafas PET e matérias flutuantes em geral. Com o tempo, a balsa foi sendo transformada em sua habitação e todos os materiais utilizados para construção foram encontrados no local. A casa contém, por exemplo, uma piscina, vaso sanitário e outros objetos que mimetizam objetos da casa tradicional, apesar de não apresentarem uma função.



FOTO: GLAUCI COELHO (ABRIL DE 2007)

Figura 4 – Canal do Cunha, Complexo da Maré, Vila Pinheiros, casa flutuante.

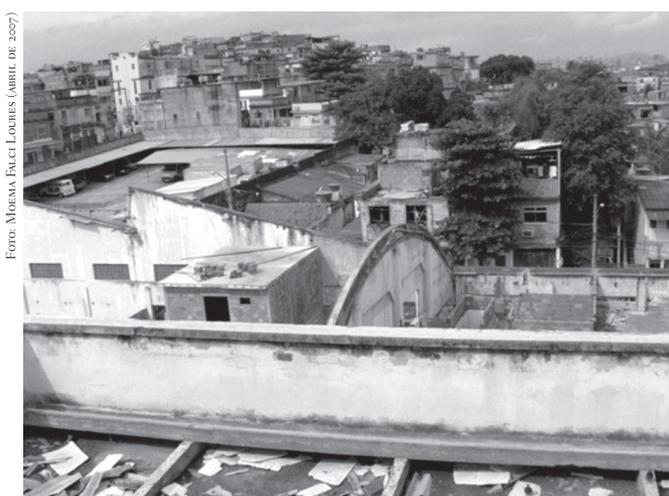


FOTO: MOEMA FALCI LOURES (ABRIL DE 2007)

Figura 5 – Complexo da Maré, ocupação de galpão industrial próximo à av. Brasil.

O impacto visual na paisagem da cidade foi tão extremo, que o poder público se manifestou na intenção de remover a casa. Com o tempo a casa flutuante tornou-se centro de vários debates que envolveram desde temas ambientais a questões que se referem à política habitacional.

Lembramos que, pela legislação, não se pode ocupar o espelho d'água do rio. Contudo, o fato de ter sido considerado um exemplo de educação ambiental e uma “obra de arte”, transformou a casa flutuante em um marco de criatividade e exemplo de responsabilidade social com o meio ambiente, o que levou o secretário estadual do Ambiente a permitir que ela ficasse ancorada junto à ecobarreira da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – Serla, no Canal do Cunha.

Destacamos, também, outro tipo de crescimento no Complexo da Maré: o caso dos parques industriais na zona da Leopoldina que, no contexto das trans-

formações econômicas da globalização, são literalmente abandonados e cedem lugar a novas formas de produção do espaço percebido (Figura 5). Na maioria dos casos, essas rugosidades espaciais da antiga zona industrial do Rio de Janeiro são incorporadas às favelas, ao serem apropriadas para a construção de moradias ou, em alguns casos, para fins comerciais ou culturais. O que se observa é uma nova tipologia urbana que surge dentro de um edifício dotado de infraestrutura, e do qual se inicia outro traçado que se encerra e se limita pelo invólucro da edificação.

O espaço dinâmico percebido é o que une esses mais diversos tipos de morfologia urbana que denominamos de *favela*. Em comum a eles há a exploração e apropriação dos espaços possíveis, algo que independe da forma, ou seja, independe do traçado planejado em quadrícula, da tipologia dos conjuntos habitacionais ou do traçado tortuoso, não-concebido. Muitas das intervenções nas favelas não conseguem atingir a morfologia social e, por conseguinte, a morfologia urbana, pois têm como modelo urbanístico a cidade legal e modelos ditos formais que ignoram o movimento instantâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depararmo-nos com a paisagem urbana do Rio de Janeiro é a possibilidade de estimular e ativar novas maneiras de se pensar e intervir na cidade. Encontramos morfologias aparentemente distintas ou aparentemente semelhantes; entre o ser distinto e o ser semelhante está o espaço-movimento (Bereinstein, 2001).

Propomos, assim, pensar a paisagem como imagem-projeto; imagem como imaginação; projeto como desígnio, hipótese para o amanhã, e também como antecipação, “previsão, predição, predisposição, plano, ordenação, predeterminação (...) bem como modo de ser ou de agir próprio de quem recorre a possibilidades” (Abbagnano, 2003). O Projeto Urbano como ato de previsibilidade que reconhece e suscita a imprevisibilidade revelada pela paisagem no espaço percebido (Loures, 2006).

A favela nos revela lacunas no campo do urbanismo, suscita novos olhares que reconheçam as textualidades morfológicas em movimento e a participação ativa do habitante na construção da paisagem. Como pensar a cidade a partir do espaço-movimento e as suas diversas possibilidades morfológicas? Falamos em contemporaneidade, mas ainda reproduzimos a matriz moderna através do método de relações binárias: casa/rua; público/privado; formal/informal; periférico/central. Como pensar o Projeto Urbano no *intermezzo* (Deleuze & Guattari, 2004) do espaço em movimento, da paisagem como instante, no entre a ordem e a desordem, a previsibilidade e a imprevisibilidade?

NOTAS

1. Contribuições de Romanelli, arquiteto e urbanista, doutor em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb/UFRJ), vinculado ao Grupo de Pesquisa Direito e Urbanismo e Práticas Sociais Instituintes do Diretório do Grupo de pesquisas do CNPq.
2. Termo definido por Lefebvre (2000, p.112) para referir o espaço como produto do vivido de vários fatores simultâneos.
3. Conformando o que lembra os tradicionais cortiços, só que em instalações industriais remanescentes, rugosidades espaciais.
4. Lembramos que o crescimento urbano da cidade do Rio de Janeiro passou por larga expansão no século XX, iniciada no que hoje entendemos como “centro da cidade”, e tomou duas vertentes principais: uma que seguiu o sentido da zona oeste e da Baixada Fluminense, através dos ramais ferroviários da Central do Brasil, da Leopoldina e da av. Brasil, implantada na década de 1940 e que segue da zona portuária do Rio de Janeiro à zona oeste; e outra que acompanha a orla marítima pela zona sul.
5. Esse fato não tirou dali os moradores já instalados que ainda não possuíam as escrituras do terreno.
6. Raquel Rolnik, palestra realizada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFRJ), 20 de março de 2007.
7. Observamos que apesar da Vila Pinheiro e de algumas outras localidades do Complexo da Maré constituírem espaços formados legalmente no que se refere à gestão urbanística, com o tempo eles assumem características de favela, não só pelas novas relações de produção que se impõem e que transformam o espaço em mercadoria negociada informalmente, mas também pela morfologia social que caracteriza as favelas como espaço de pobreza, propício ao estabelecimento de organizações criminosas ligadas ao narcotráfico. [N.A.]
8. É de grande relevância destacarmos que dentro do Complexo da Maré existem, de um modo geral, diversas formas de ocupação que envolvem estratificações sociais e caracterizações no tecido urbano mais claras e mais facilmente identificáveis. Encontramos desde uma ocupa-

ção labiríntica na localidade denominada Morro do Timbau, a ortogonalidade das ruas do Conjunto Nova Holanda ou mesmo a favelização dos conjuntos habitacionais da Vila do Pinheiros e Vila do João.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CARLOS, A. F. A. *A Cidade*. Rio de Janeiro: Contexto, 1999.
- COELHO, G. *Espaço vivido favela: brincadeiras infantis nos espaços livres da Rocinha*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado) – Proarq, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- COELHO, G., LOURES, M. F. *et al.* *Paisagem urbana no Rio de Janeiro: o Projeto-Urbano na cidade entre a legalidade e a legitimidade*. In: IV Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU, São Paulo, 2006.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 4.ed. Rio de Janeiro: Ática, 2000.
- DELEUZE, G., GUATTARI, F. *O que é a filosofia*. Rio de Janeiro: Editora34, 2004.
- DUARTE, C. R. *Intervention publique et dynamique sociale dans un nouvel espace de pauvreté urbaine: Vila Pinheiros à Rio de Janeiro*. Paris, 1993. Tese (Doutorado) – Université Paris I Panthéon-Sorbonne.
- LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 2.ed. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. 4.ed. Paris: Anthropos, 2000.
- LOURES, M. F. *Previsibilidade e imprevisibilidade: fronteiras móveis do Projeto-Urbano*. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SITTE, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo, Ática, 1992.
- VARELLA, D., BERTAZZO, I., BERENSTEIN JACQUES, P. *Maré: vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- VENTURI, R. *Complexidade e contradição na arquitetura*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RESUMO

O presente trabalho debate a paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente as diversas textualidades morfológicas das favelas que ativam novas paisagens possíveis. A paisagem caracterizada pelo sentido de complementaridade e concorrência, revelando a interação complexa entre o instituído e o marginal, o estático e o instantâneo, que associam sistemas culturais, socioeconômicos e espaciais. Nosso recorte se manifesta em três tempos: a ocupação na encosta de morros; ocupações horizontais; e outras possibilidades morfológicas, como a ocupação dos antigos terrenos industriais e do Canal da Cunha (Bahia de Guanabara) por uma casa flutuante. Assim buscamos questionar alguns mitos que acompanham a formação do arquiteto e urbanista e que ainda reproduzem a matriz moderna através do método de relações binárias: casa/rua; público/privado; formal/informal; periférico/central. Pretendemos demonstrar que estas divisões binárias já não fazem sentido na concepção de Projetos-Urbanos, especialmente se voltamos nossa atenção para os territórios com marcas de ilegalidade que, ao longo do tempo, foram se transformando no que hoje denominamos de favela e constituem a paisagem urbana do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: paisagem urbana, projeto urbano, favela.

LANDSCAPE REVEALED: MORPHOLOGICAL DIMENSIONS OF FAVELAS IN RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

The present research paper seeks to discuss the Rio de Janeiro's urban landscape, more specifically, the many morphological dimensions of favelas that active new possible landscape. The landscape characterized by the sense of complementarily and concurrence, reveling the complex interaction among what is institutionalized and marginalized, between what is static and instantaneous, which associates cultural, socio-economic and spatial systems. Since that point of view, we made a brief in three times: growth among the hillsides of the mounts; horizontal occupation; and others morphological possibilities, as the occupation of old abandoned industrials parks and recent occupation of Canal do Cunha (bay of Guanabara) by a floating house (houseboat). By that point of view, we call into question some myths that have been close together to architect and urbanism background and still reproduce modern's matrix through the method of binaries' relationships: house/street; public/private; formal/informal; periphery/centre. We would like to show that binaries divisions do not make sense in the urban designs concept, mainly if we turn our minds to territories with illegal marks, which have been transformed in so called favelas and nowadays constitute the Rio de Janeiro's urban landscape.

KEYWORDS: urban landscape, urban design, slum.